

# Aprovado pacote antifeminicídio de autoria de senadora de MT

Gilberto Leite

A Câmara dos Deputados aprovou na última quarta-feira, 11 de setembro, um projeto de lei que endurece penas para feminicídio e crimes contra a mulher. A proposta, de autoria da senadora Margareth Buzetti (PSD-MT), foi relatada pela deputada Gisela Simona (União Brasil-MT). A nova legislação, que aguarda sanção do presidente Lula (PT), eleva a pena mínima para feminicídio de 12 para 20 anos, podendo chegar a 40 anos. A lei também amplia as situações agravantes, incluindo assassinato de mulheres responsáveis por pessoas com deficiência e uso de métodos cruéis. Ademais, a proposta reforça medidas protetivas da Lei Maria da Penha, endurecendo penas para violação dessas medidas e alterando benefícios carcerários para condenados

PÁG. 3



## Homem confessa ter matado esposa e diz que foi por "excesso de ciúmes"

Da Redação

Iris Divino de Freitas, de 40 anos, foi preso na sexta-feira (13) pelo assassinato brutal de Enil Marques Barbosa, de 57 anos, no distrito de Nossa Senhora da Guia, em Cuiabá. Após matar a vítima, o suspeito tentou queimar o corpo antes de enterrá-lo nos fundos de uma residência. O crime veio à tona após familiares desconfiarem do desaparecimento de Enil e denunciarem à polícia.

Conforme informações obtidas pelo Estadão Mato Grosso, o corpo de Enil foi localizado na madrugada de sexta-feira após Iris ter revelado a localização aos policiais militares que o prenderam. A cena do crime foi imediatamente isolada, e equipes da Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec) trabalharam no local para desenterrar o cadáver.

Em entrevista ao Estadão Mato Grosso, o delegado Nilson Farias revelou que a motivação do crime ainda seria investigada, mas afirmou que já está representando pela prisão preventiva de Iris. "Um indivíduo desse não pode ficar solto", declarou Farias.

**CONFISSÃO DETALHADA** - Em depoimento à polícia, Iris Divino não hesitou em descrever em detalhes como conheceu Enil e o



Estadão Mato Grosso

que o levou ao assassinato. Segundo ele, ambos se conheceram pelas redes sociais e estavam se relacionando há cerca de dois meses. "Nós combinamos de morar juntos. Em 15 dias, já arrumei emprego, mas ela tinha muito ciúmes de mim, até do vento", relatou.

No dia do crime, que, segundo ele, aconteceu no último sábado (7), Iris afirmou que passou parte do dia bebendo com amigos na Ponte de Ferro, em Cuiabá. Enil, desconfiada, ligou para ele várias vezes, o que teria gerado discussões. Na volta para casa, a situação se agravou. Enil o acusou de traição, o agrediu fisicamente e, durante a briga, acabou sendo empurrada por Iris, caiu e bateu a cabeça.

"Ela me xingou, rasgou minha camisa e mordeu meu órgão genital. [...] Eu a amarrei

porque fiquei com medo de ela acordar e me atacar de novo", explicou o suspeito ao ser questionado sobre a motivação de amarrar Enil, mesmo depois de desacordada. Após imobilizá-la, ele jogou entulhos e ateou fogo no corpo da vítima antes de enterrá-lo no quintal de casa.

**ASSASSINO TENTOU DESPISTAR A FAMÍLIA** - O crime só foi descoberto após os familiares de Enil desconfiarem do comportamento dela. Segundo o filho da vítima, que preferiu não se identificar, Enil sempre mantinha contato por ligações, mas, após o crime, as mensagens enviadas pelo celular dela estavam diferentes. Isso levou os familiares a acreditarem que algo estava errado.

No dia 30 de agosto, após a última conversa estranha, os parentes de Enil foram até a casa

dela, onde encontraram Iris. Ele alegou que a mulher havia viajado para Goiás. A primeira busca realizada pela polícia não trouxe resultados, mas, ao retornarem ao local depois de mais uma denúncia dos familiares, o telefone de Enil foi encontrado dentro da casa. Foi nesse momento que Iris confessou o assassinato.

**INVESTIGAÇÃO E BUSCAS POR JUSTIÇA** - Iris Divino de Freitas, que já possuía 11 passagens pela polícia, principalmente por estelionato, foi preso em flagrante e encaminhado à delegacia. O caso agora está sendo investigado pela DHPP, que busca entender todos os detalhes e a motivação por trás do crime.

Em entrevista ao Estadão Mato Grosso, o filho da vítima declarou que espera justiça pela morte brutal de sua mãe.

## Desvio de dinheiro da Saúde é alvo em Cuiabá

Da redação

A Polícia Civil, por meio da Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor), deflagrou na sexta-feira (13), a Operação Oráculo, que investiga um esquema de corrupção na Empresa Cuiabana de Saúde Pública (ECSP). A ação, autorizada pelo Núcleo de Inquéritos Policiais de Cuiabá (Nipo), cumpriu mandados de busca e apreensão, além do bloqueio de bens e sequestro de valores relacionados a seis investigados. O prejuízo estimado para a saúde pública é de R\$ 721.297,20.

Entre as ordens judiciais está o afastamento de um servidor da Secretaria-Adjunta de Saúde de Cuiabá, além do bloqueio de 13 veículos, um barco de pesca, um imóvel e o congelamento de valores equivalentes ao montante desviado. Foram impostas ainda medidas cautelares, como a proibição de contato entre os investigados, o impedimento de acesso às dependências da Secretaria de Saúde e a entrega de passaportes.

Durante as investigações, iniciadas no final de 2023, foi revelado que, entre setembro e dezembro de 2022, a ECSP realizou dois pagamentos, sem licitação, para a contratação de uma empresa de consultoria de tecnologia da informação. A Polícia Civil apurou que os serviços contratados não foram prestados, embora a empresa tenha recebido R\$ 663.568,00. Os pagamentos foram realizados de forma indenizatória, sem a competição necessária entre empresas, o que impediu a contratação mais vantajosa para a administração pública.

Além disso, os endereços fornecidos pela empresa como sendo suas instalações eram residenciais, e não houve comprovação de

sua atividade no local. Em 2023, a empresa investigada, que antes atuava no ramo de tecnologia, transformou-se em uma construtora, levantando ainda mais suspeitas.

A Prefeitura de Cuiabá, em nota, informou que os pagamentos apurados foram realizados após a comprovação dos serviços prestados e lamentou que, em meio ao período eleitoral, a saúde pública seja utilizada como ferramenta de disputa política. (Leia a nota na íntegra no final da matéria)

A Operação Oráculo contou com o apoio de equipes da Delegacia Fazendária, Delegacia Especializada do Meio Ambiente e Gerência de Combate ao Crime Organizado. A investigação segue em andamento, e novas informações poderão surgir à medida que as diligências avançam.

**NOTA** - A Prefeitura de Cuiabá esclarece, em relação à ação policial realizada nesta sexta-feira (13), que envolve dois pagamentos indenizatórios feitos pela Empresa Cuiabana de Saúde Pública (ECSP) no ano de 2022:

1. O pagamento dos dois processos indenizatórios apurados foram realizados somente após a comprovação dos serviços prestados; tanto é verdade que o gabinete de intervenção realizou todos os pagamentos de forma indenizatória e sem a devida realização de processo licitatório;

2. A Prefeitura não teve acesso ao processo da investigação até o momento, mas reforça que todas as informações serão fornecidas conforme os trâmites legais;

3. Lamentamos que, em pleno período eleitoral, a saúde pública seja novamente utilizada como ferramenta de disputa política, em prejuízo da população.

## EDITORIAL

## O futuro se constrói agora

São cada vez menores as chances de a humanidade evitar um desastre planetário decorrente das mudanças climáticas, cujos sintomas já começam a ser sentidos em várias partes do mundo, com secas e chuvas recordes. Para muitos, os riscos parecem distantes, como uma distopia cinematográfica, restrito aos fóruns de debates, universidades e organizações não governamentais. Esse 'negacionismo climático' é até compreensível, principalmente no Brasil, país tão abençoado com terras férteis e clima

favorável para o cultivo, a terra onde "em se plantando, tudo dá" como já relatava Pero Vaz de Caminha em sua primeira carta a Portugal.

Acontece que assim como o vírus que causou a pandemia de covid-19, as mudanças climáticas se aproximam de nós de forma praticamente imperceptível. E como já sabemos, a natureza se impõe sem piedade. Os efeitos da crise climática estão cada vez mais próximos e tendem a aumentar nos próximos anos, como uma doença que começa com uma pequena

dorzinha e logo se torna insustentável. É o que aponta o relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre o Clima (IPCC), relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste novo levantamento, a organização se dedicou a avaliar as vulnerabilidades naturais e socioeconômicas dos países às mudanças climáticas, em uma tentativa de se adiantar aos impactos regionais e traçar medidas para mitigá-los. E o cenário é nada alentador. A previsão geral para o globo é de uma queda na produção de alimentos, um problema e tanto para um mundo cuja população continua crescendo em ritmo acelerado.

Sobre a situação específica do Brasil, o IPCC aponta risco de queda substancial na produção agrícola, o que tende a aumentar a situação de insegurança alimentar em todo o mundo. Em 2021, uma pesquisa da ONU apontou que 116,8 milhões de brasileiros (cerca de 55% da população) já lidavam com algum grau de insegurança alimentar, não por causa da seca ou das enchentes, mas por falta de dinheiro. As mudanças climáticas tendem a agravar esse problema.

O IPCC aponta ainda que há um risco crescente de uma crise humanitária devido à migração da população da região Nordeste, comumente afetada por eventos climáticos adversos, que

devem se tornar cada vez mais frequentes. Os 'refugiados do clima' vão disputar trabalho, moradia e alimentos mais ao sul, aumentando a pressão sobre as terras agricultáveis do país.

Essa é a realidade prevista para o Brasil, se nada for feito para mudá-la. Seguimos como um carro desgovernado em direção ao abismo, mas ainda é possível desviar dessa rota de colisão. Para isso, cada um de nós deve se atentar ao seu papel na construção de um futuro mais sustentável, além de cobrar de nossas autoridades que façam sua parte para garantir que nossos filhos e netos tenham um mundo para viver, como nós vivemos.

## Desenvolvimentos biológicos

Fernando Bonafé Sei (\*)

A sustentabilidade tornou-se indispensável para o futuro da agricultura. O XXII Congresso Brasileiro de Sementes, que acontece entre os dias 10 e 13 de setembro, em Foz de Iguaçu (PR), destaca-se como um palco crucial para o diálogo e a apresentação de inovações sobre o principal insumo da agricultura, a semente. Um dos tópicos centrais do evento é 'a contribuição dos biológicos para a indústria de sementes', que tem revelado avanços promissores, capazes de redefinir a forma como percebemos a eficiência agrícola e ambiental com o apoio da natureza.

Os avanços tecnológicos em tratamento de sementes com produtos biológicos representam um marco na busca pela sustentabilidade no campo, como é o caso dos inoculantes biológicos. Um estudo denominado 'Estudo do Hectare', que analisou a aplicação e resultados dos produtos biológicos conjuntamente na produção de grãos, carne de frango, biodiesel e etanol, apontou que biotecnologia aplicada à produção agrícola

poderia evitar a emissão de aproximadamente 25 milhões de toneladas métricas de dióxido de carbono equivalente (CO2e) com base de cálculo em um hectare durante o período de uma safra.

Os dados foram coletados com base nas produtividades de soja e milho safrinha usadas no estudo foram documentadas em 2021 pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que são, respectivamente: 3,5 toneladas/ha e 4 toneladas/ha.

As indústrias de biológicos têm se dedicado à seleção de cepas microbianas, desenvolvimento de tecnologias de fermentação e formulação de novos produtos, que possibilitem a sobrevivência desses microrganismos em condições adversas e proporcionem compatibilidade com os produtos inseridos no tratamento de sementes, como os inseticidas, fungicidas, nematocidas e fertilizantes.

Para se ter uma ideia da evolução da eficiência na sobrevivência dos microrganismos tradicionalmente utilizados, o período entre a inoculação nas sementes de soja e o plantio era limitado a 24 horas, mas a

ciência, por meio de pesquisas, transformou esse cenário.

Atualmente, há inoculantes com alto índice de sobrevivência dos microrganismos à base de Bradyrhizobium com registro e resultados de pesquisa para tratamento antecipado de até 90 dias, um recorde no mercado. Outra tecnologia, fruto de anos de pesquisas, são as moléculas de LCO ou lipo-quitoligossacarídeos, açúcares produzidos por bactérias do gênero Bradyrhizobium que sinalizam para a planta (soja) o início do processo de infecção simbiótica, favorecendo a nodulação.

Ao fornecer esses 'sinais', podemos estimular o processo de nodulação, permitindo que os rizóbios introduzidos via inoculação iniciem a formação de nódulos mais precocemente. O LCO pode manter sua atividade por até 360 dias após o tratamento das sementes. Tais conquistas são resultados de pesquisas contínuas e do empenho em compreender as complexidades dos sistemas biológicos.

A utilização de sementes tratadas com microrganismos benéficos, como os rizó-

bios mencionados, demonstra um potencial impressionante para incrementar a produtividade agrícola. Um aumento médio de 6% a 8% na produtividade para soja é um argumento convincente para a adoção dessas práticas inovadoras.

A evolução no tratamento de sementes com biológicos não é apenas uma tendência, mas um passo concreto em direção a uma agricultura mais sustentável. A indústria de sementes, com o suporte de eventos como o XXII Congresso Brasileiro de Sementes, está na vanguarda de uma evolução que promete transformar o cultivo de alimentos em uma atividade cada vez mais alinhada com as necessidades do nosso planeta. A matéria-prima da sustentabilidade, portanto, não é apenas a semente, mas a inovação e a perseverança daqueles que a cultivam.

FERNANDO BONAFÉ SEI, gerente de serviços técnicos Latam da Novonosis.



## Uma ideia, atitude e a bienal

Neide Arantes (\*)

Era junho de 2018. Eu encerrava meu ciclo como servidora pública federal na área jurídica e mergulhava de cabeça no mundo do empreendedorismo.

Como na fase de pré-aposentadoria fiz formações em coaching, ferramenta Points Of You e constelações organizacionais, dentre outras, me apaixonei pelo segmento do desenvolvimento pessoal.

A partir de então, vendo a angústia de muitos colegas com a aproximação da aposentadoria e o inevitável questionamento "o que eu vou fazer agora?", entendi o propósito de divulgar conteúdos na linha do autoconehecimento e de construção de nova performance para quem deles pudesse aproveitar.

Comecei fazendo atendimentos como Coach de Carreira e, como sempre gostei de agregar inovação em tudo que faço, descobri os livros-box dos mais variados temas, adquiri-os e os utilizava nos atendimentos, workshops, tudo.

Certo dia uma lâmpada se acendeu... "por que não fazer um livro box com o tema

aposentadoria?" Afinal, eu vivi esse processo e percebi o quanto foi importante receber ajuda de conhecimentos, técnicas e profissionais que me auxiliaram nessa transição. E agora, meu desejo era contribuir com outras pessoas nesse sentido e aquele formato de livro pequeno, que pode ser levado na bolsa e conta com proposições rápidas e assertivas poderia ser uma excelente ferramenta, além de acessível a todos.

A ideia era trazer reflexão sobre a transição de carreira. Seja para a aposentadoria, seja para uma mudança de rumo na vida corporativa, uma mudança de processos, enfim, um novo ponto de partida. A intenção, com toda humildade, é auxiliar na expansão da consciência do leitor sobre os vários fatores que impactam essa passagem.

Escrevi esse desejo como meta, dessas que a gente escreve todo final de ano.

Desmembrei essa meta em ações e a primeira delas foi entrar em contato com a editora. Assim fiz no início de 2019, aos 59 anos de idade, saindo do mercado de trabalho tradicional. Rompi com crenças que tentavam me paralisar e também com o medo

do julgamento das pessoas. Pus em ação minhas forças de caráter de fé, criatividade, ousadia, coragem, honestidade, determinação e me joguei.

Não à toa, escolhi como imagem de capa a semente que brota humilde, pequena, mas que pode se transformar em árvore frondosa que serve a muitos. Assim o vejo: uma semente que pode fazer diferença significativa na vida de quem a "colhe".

Tudo fluiu perfeitamente e o lançamento se deu em Cuiabá, no dia 19 de novembro de 2019, não por acaso (olha a visão sistêmica aí...), dia do empreendedorismo feminino. Não foi intencional, mas providencial. O livro estava lançado, agora era do mundo. Meu coração se alegrou muito quando recebo feedbacks de colegas dizendo que o utilizam em seus atendimentos, com ótimos resultados.

E agora, SIMMM, um grande presente! Quase 5 anos após o lançamento, fomos convidados para fazer parte da maior festa literária do Brasil, a 27ª Bienal Internacional de São Paulo. Ali estarei no próximo dia 13 expondo e autografando o livro em um

bate-papo agradável, no estande da editora Matrix.

Celebro este momento que jamais havia imaginado viver, com muita alegria e gratidão, pois o significado de tudo isso é gigante pra mim. Mas isso não é uma autopromoção. É a narrativa de uma história real, tipicamente cuiabana, que mostra que é possível romper as crenças limitantes e desbravar um mundo novo.

Não é sobre um livro apenas, mas sobre inovar, mostrar a cara, vencer desafios, ter atitude, mostrar conteúdo, valorizar sua história, estar na vida ativamente.

Afinal, envelhecer não significa parar. Ao contrário, significa colocar em movimento tudo que conheceu e aprendeu ao longo da vida, na sua melhor entrega possível para o mundo. Viva o Envelhecimento Ativo! Viva a Bienal!

NEIDE ARANTES é administradora de empresas, advogada, analista Judiciária aposentada.



## Privacidade e segurança era da IA

Rubia Coimbra (\*)

A inteligência artificial (IA) está impulsionando cada vez mais diversos setores da indústria e a privacidade e a segurança dos dados continuam a ser questões centrais para as empresas nesse sentido. O desenvolvimento acelerado de tecnologias, como a IA generativa, trouxe oportunidades incríveis para inovação e eficiência, mas também criou desafios complexos relacionados à proteção das informações sensíveis. Afinal, em um cenário em que a IA está transformando o modo como trabalhamos e fazemos negócios, é possível garantir a segurança e o controle total dos dados?

A resposta é sim, mas com certos cuidados. A proteção de dados na era da IA não é uma tarefa simples, mas com uma abordagem estratégica, é viável. As empresas que

adotam um ecossistema de IA generativo precisam equilibrar a inovação com a responsabilidade. Este equilíbrio começa com a compreensão clara do ciclo de vida dos dados e o desenvolvimento de uma infraestrutura de informações que priorize tanto a segurança quanto a privacidade desde o início.

A IA generativa, técnica que possibilita a criação de modelos capazes de gerar novos conteúdos, ideias e insights, tem gerado novas preocupações sobre quem controla as informações e como elas estão sendo utilizadas. As organizações precisam responder a perguntas críticas: onde estão sendo armazenados os dados? Quem tem acesso a eles? Estão devidamente protegidos?

De acordo com o estudo "Cisco Data Privacy Benchmark Study", de 2024, as empresas estão se afastando do uso da IA generativa devido a preocupações com pri-

vacidade e vulnerabilidade dos dados. Analisando as respostas de 2,6 mil profissionais em 12 regiões do mundo, a pesquisa destaca que a privacidade vai além da conformidade regulatória. No Brasil, a maioria das organizações está adotando medidas para mitigar esses riscos: 59% estabeleceram restrições na inserção de dados, 60% limitam o uso de ferramentas de GenAI pelos funcionários, e 11% suspenderam temporariamente todos os aplicativos de GenAI, ainda de acordo com levantamento.

Com a ampliação de soluções de IA e o desafio crescente das redes de dados, a transparência sobre o uso dos dados é fundamental. As empresas que buscam escalar suas operações com esse tipo de tecnologia precisam garantir que a segurança seja uma prioridade desde o início da jornada. Implementar controles de segurança robustos e regulamentações que protejam as informações sensíveis não é apenas uma obrigação ética, mas uma necessidade estratégica em um ambiente de negócios em rápida transformação.

A boa notícia é que a tecnologia também oferece soluções para esses desafios. As plataformas modernas de dados, como o open data lakehouse, por exemplo, que permitem um gerenciamento flexível e seguro dos dados, têm se mostrado aliadas cruciais para as empresas que desejam escalar suas operações com IA de maneira segura.

Essas plataformas oferecem controles de acesso rigorosos e criptografia de ponta, garantindo que os dados possam ser processados e compartilhados com segurança. Além disso, tecnologias de nuvem híbrida e de gestão de dados nativos para IA permitem às organizações não só expandir suas capacidades, mas também manter o controle sobre seus dados, independentemente de onde eles estão armazenados.

Para não comprometer a privacidade e a segurança em nome da inovação, as instituições podem implementar políticas

rígidas de governança de dados, investir em tecnologia de segurança avançada e, acima de tudo, garantir que todos os processos de IA sejam transparentes e auditáveis. Uma infraestrutura de dados bem estruturada deve permitir que as empresas escalem suas operações de IA de maneira fluida, sem renunciar ao controle sobre seus dados.

É importante ressaltar, ainda, que a governança de dados tem um papel essencial na construção dessa infraestrutura. Ela garante que as organizações possam acompanhar o ciclo de vida completo das informações, desde a coleta até o processamento, armazenamento e eliminação. Com uma governança eficaz, as empresas podem criar políticas claras sobre o uso dos dados, garantindo que sejam mantidos dentro dos padrões de segurança e conformidade necessários.

Outro aspecto importante é a criação de uma cultura corporativa voltada para a privacidade. A educação dos colaboradores sobre as melhores práticas de segurança de dados é fundamental para reduzir o risco de violações, sejam elas intencionais ou não. Em um ambiente onde os ataques cibernéticos estão se tornando cada vez mais sofisticados, a conscientização interna sobre a importância da privacidade de dados é uma linha de defesa importante.

O futuro da IA é promissor, mas deve ser trilhado com responsabilidade. As empresas que souberem integrar um ecossistema de IA generativa com as melhores práticas de segurança e privacidade estarão bem-posicionadas para aproveitar ao máximo a revolução tecnológica que estamos vivendo.

\*RUBIA COIMBRA, vice-presidente da Cloudera para a América Latina



Jornal  
**IMPRESSO MT**  
FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: [impressomt@gmail.com](mailto:impressomt@gmail.com) - Site: [www.oimpressomt.com.br](http://www.oimpressomt.com.br)

Rua Capitão Iporá, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT  
Telefone: 65 99696-6688

**LEIS MAIS DURAS**

O pacote, de autoria da senadora Margareth Buzetti e relatoria da deputada Gisela Simona, eleva a pena mínima de 12 para 20 anos

# Pacote antifeminicídio é aprovado

Montagem: Gilberto Leite

**Da Redação**

A Câmara aprovou na noite de quarta-feira (11) um projeto de lei que aumenta a pena para feminicídio e para crimes cometidos contra a mulher.

O projeto é de autoria da senadora Margareth Buzetti (PSD) e relatoria da deputada Gisela Simona (União). Como a Câmara não modificou o texto aprovado pelo Senado, a medida segue para a sanção presidencial.

A matéria prevê que condenados por homicídio cometido contra mulheres motivado por violência doméstica ou discriminação de gênero terá pena mínima de 20 anos, e máxima de 40 anos. A pena hoje pode ser de 12 a 30 anos de prisão.

**O QUE MUDOU TAMBÉM:** As novas situações que podem aumentar a pena (agravante) são de assassinato da mãe ou da mulher responsável por pessoa com deficiência e quando o crime envolver: emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio cruel; traição, emboscada, dissimulação ou recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; e emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido. Todas as circunstâncias do crime analisado serão atribuídas também ao coautor ou participante do assassinato.

**MEDIDAS PROTETIVAS** - Na lei Maria da Penha, o projeto aumenta a pena do condenado que, no cumprimento de pena, descumprir medida protetiva contra a vítima. Isso ocorreria, por exemplo, para condenado por lesão vinculada a violência doméstica que progrediu de regime, podendo sair do presídio durante o dia, e se aproximou da vítima quando isso estava proibido pelo juiz.

A pena para esse crime de violação da medida protetiva aumenta de detenção de 3 meses a 2 anos para reclusão de 2 a 5 anos e multa.

**OUTROS DIREITOS**

O texto muda também outros direitos e restrições de presos por crimes contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, conceituadas pelo Código Penal como os crimes que envolvem violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Assim, quando um presidiário ou preso provisório por crime de violência doméstica ou familiar ameaçar ou praticar novas violências contra a vítima ou seus familiares durante o cumprimento da pena, ele será transferido para presídio distante do local de residência da vítima.

No caso da progressão de regime, em vez de ter de cumprir 50% da pena no regime fechado para poder mudar para o semiaberto, o PL 4266/23 aumenta o período para 55% do tempo se a condenação for de feminicídio. Isso valerá se o réu for primário e não poderá haver liberdade condicional.

Se o apenado usufruir de qualquer saída autorizada do presídio terá de usar tornozeleira eletrônica e não poderá contar com visita íntima ou conjugal.

**TODOS OS CRIMES** - Em relação a outros direitos previstos na Lei de Execução Penal para todos os apenados, em vez de eles poderem ser suspensos ou restringi-



A Câmara dos Deputados aprovou o pacote antifeminicídio, de autoria da senadora Margareth e sob relatoria de Gisela



dos pelo diretor do presídio, isso caberá ao juiz da execução penal. Será o caso de: proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; e correspondência.

**AGRESSÃO** - Na lei de contravenções penais (Decreto-Lei 3.688/41), para o crime de agressão praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino a pena de prisão simples de 15 dias a 3 meses será aumentada do triplo. A prisão simples é cum-

prida no regime aberto ou semiaberto em estabelecimento diferente do presídio para condenados.

Já o crime de ameaça, que pode resultar em detenção de 1 a 6 meses, terá a pena aplicada em dobro se cometido contra a mulher por razões do sexo feminino e a denúncia não dependerá de representação da ofendida.

De igual forma, crimes como de injúria, calúnia e difamação praticados por essas razões terão a pena aplicada em dobro.

**LESÃO CORPORAL** - Para os crimes de lesão

corporal praticados contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou contra pessoa com quem o réu tenha convivido, a pena de detenção de 3 meses a 3 anos passa a ser de reclusão de 2 a 5 anos.

Igual intervalo de pena é atribuído à lesão praticada contra a mulher por razões de sua condição feminina. Atualmente, o condenado pega de 1 a 4 anos de reclusão.

**EFEITOS DA CONDENAÇÃO** - A perda do poder familiar, segundo o texto aprovado, passará a atingir o condenado por crimes praticados

em razão da condição do sexo feminino, independentemente de a mulher partilhar do mesmo poder familiar.

Um exemplo disso seria o feminicídio de uma mãe que antes de seu assassinato tenha perdido juridicamente o poder familiar sobre os filhos.

Essa consequência e outras como a perda de cargo ou mandato eletivo ou proibição de futura nomeação em função pública (desde a condenação em definitivo até o fim da pena) serão automáticas.

Com informações da Agência Câmara de Notícias

**"REPRESENTATIVIDADE"**

## De MT, Coronel votou para atrasar projeto

**Da Redação**

A deputada federal Coronel Fernanda (PL) votou para impedir que o projeto que cria o "Pacote Antifeminicídio" fosse votado na noite dessa quarta-feira, 11 de setembro. Além dela, o deputado José Medeiros (PL) também votou para adiar a votação da mensagem que prevê pena maior para cri-

mes cometidos contra a mulher. Eles seguiram orientação do Partido Liberal. Já o deputado Abilio Brunini (PL) estava ausente.

Após ver que a tentativa de seu partido fracassou, a parlamentar votou favorável ao texto.

Conforme o site da Câmara Federal, o voto pela obstrução tem o "objetivo de impe-

dir o prosseguimento dos trabalhos e ganhar tempo dentro de uma ação política. Os mecanismos mais utilizados são os pronunciamentos, pedidos de adiamento da discussão e da votação e saída do Plenário para evitar quorum".

Apesar da negativa de 66 parlamentares dos partidos do PL e Novo, 347 parlamentares vo-

taram para que o projeto entrasse em pauta.

**APROVADO** - A Câmara aprovou na noite de quarta-feira (11) o PL 4266/23 que aumenta a pena para feminicídio e para crimes cometidos contra a mulher. O projeto é de autoria da senadora Margareth Buzetti (PSD) e relatoria da deputada Gisela Simona (União). Como a Câmara não modifi-

cou o texto aprovado pelo Senado, a medida segue para a sanção presidencial.

A matéria prevê que condenados por homicídio cometido contra mulheres motivado por violência doméstica ou discriminação de gênero terá pena mínima de 20 anos, e máxima de 40 anos. A pena hoje pode ser de 12 a 30 anos de prisão.

**PREFEITURA DE CUIABÁ**

## Blairo Maggi nega apoiar candidatura de Kennedy

**Da Redação**

Ex-ministro da Agricultura Blairo Maggi (PP), negou na segunda-feira, 09 de setembro, que tenha declarado apoio a qualquer candidato em Cuiabá. O megaempresário do agro disse que se reuniu com o empresário Domingos Kennedy (MDB) no último sábado (7) por "um acaso", devido ao candidato a prefeito de Cuiabá estar participando de um grupo de caminhada ao qual ele faz parte há mais de 10 anos.

O ex-governador disse ainda que não vai emitir qualquer opinião sobre a eleição municipal de Cuiabá. "Nós temos um grupo de caminhada que há mais de 10 anos nos reunimos neste restaurante para conversar, comer e tomar cerveja. E a

foto foi neste aspecto, eu não estou envolvido na campanha e não vou me envolver, tanto é que não quero dar minha opinião sobre isso", comentou.

Entretanto, Maggi considera válidos novos nomes entrarem na política e lembrou de sua própria trajetória quando disputou pela primeira vez um cargo público, que foi em 2002 para o Governo do Estado. Ele lembra que mesmo sendo "cara nova" ganhou a eleição.

"Dei a minha opinião no seguinte, para a política novas lideranças são bem-vindas e, uma candidatura de alguém que nunca fez política é importante. Vai ganhar? Não sei. Em 2002 entrei para não ganhar, mas para aprender e acabei ganhando, e é assim que é a vida", concluiu.

**LEI DA PESCA**

## Mauro Mendes critica Botelho

**Da Redação**

O governador Mauro Mendes (União) orientou o candidato a prefeito de Cuiabá Eduardo Botelho (União) a não tentar derrubar a Lei da Pesca, por se tratar, segundo ele, de um "assunto encerrado". O presidente da Assembleia Legislativa terá uma reunião com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) para debater o assunto.

Para Mendes, o seu aliado deve parar de tentar fazer campanha eleitoral para agradar a todos e fazer "campanha de verdade". Ainda, conforme Mendes, o presidente da Assembleia sempre foi a favor da Lei do Transporte Zero, mas agora, em período eleitoral mudou de posição.

"O deputado Botelho tem que parar de achar que tem que fazer campanha só que ele não pode agradar todo mundo. Você faz campanha com verdade. Ele disse pra mim que era favor, mas não podia votar

porque tinha uns pescadores. Então tem que parar, esse tema já foi superado, a Assembleia Legislativa aprovou, e quem é o relator lá é o ministro André Mendonça. O deputado Botelho vai ganhar a eleição e vou trabalhar para isso", disse.

O governador declarou ainda que Botelho "fez importantes compromissos com ele", os quais espera que sejam cumpridos. "Ele assumiu importantes compromissos comigo e eu quero que ele cumpra. Principalmente que foi de fazer um governo técnico, tomando decisões corretas e outros compromissos que ele assumiu", avisou.

Para Mendes, o assunto "Lei da Pesca" já foi encerrado e superado no Supremo.

"Não se ganha eleição querendo agradar todo mundo e não se governa querendo agradar todo mundo. Se governa com verdade, com coragem, fazendo o que é correto. Se for pensar em agradar todo mundo, você acaba não

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE - CNPJ: 24.772.246/0001-40,** torna público que requer junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA/MT, a Renovação da Licença de Operação - RLO para atividade de "Gestão e Manutenção de Cemitérios, CNAE 9603-3/01", conforme Decreto Nº 1.585, De 21 De Dezembro De 2022 - referente à Gestão e Manutenção do Cemitério Municipal Jardim da Paz, localizado na Avenida Bahia, s/n no bairro Jardim das Palmeiras no Município de Lucas do Rio Verde/MT.

QUEDA DE 1,7%

No cenário nacional, 14 das 27 unidades da federação acompanharam o crescimento, resultando no segundo aumento consecutivo no setor

# Serviços em Mato Grosso recuam

Da redação

Enquanto o Brasil registrou uma expansão de 1,2% no volume de serviços prestados entre junho e julho de 2024, Mato Grosso foi na contramão e apresentou uma queda de 1,7%. O estado ficou ao lado de Espírito Santo (-2,3%) e Paraná (-0,2%) entre as unidades da federação que tiveram retração, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgada pelo IBGE na quarta-feira (11).

No cenário nacional, 14 das 27 unidades da federação acompanharam o crescimento, resultando no segundo aumento consecutivo no setor, com um acumulado de 2,9% nesse período. Com isso, o setor de serviços brasileiro atingiu um novo patamar recorde, superando o nível observado em junho.

Na comparação com julho de 2023, o setor teve expansão de 4,3% no mês. No acumulado do ano, o volume de serviços cresceu 1,8% em relação ao mesmo período de 2023. Já no



Em julho, o volume de transporte de passageiros no Brasil teve queda de 2,3% em relação a junho

indicador dos últimos 12 meses, houve ganho de dinamismo, passando de 0,8% em junho para 0,9% em julho.

"Para o entendimento do resultado, é importante notar a ligeira disseminação das altas, registradas em três dos cinco setores avaliados na pesquisa, mas com destaque para as atividades de profissionais,

administrativos e complementares e de informação e comunicação, que emplacaram, em ambos os casos, o segundo resultado positivo em sequência", analisa Rodrigo Lobo, gerente da PMS.

**QUEDA ACENTUADA EM MATO GROSSO** - Quando comparado a julho de 2023, Mato Grosso sofreu uma queda

de 18,5%, uma das mais expressivas do país, ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul (-13,9%). No acumulado entre janeiro e julho de 2024, o estado também registrou uma retração significativa de 8,5%, destacando-se negativamente no cenário nacional, que teve como principal crescimento São Paulo (1,7%).

**IMPACTOS NO SETOR DE SERVIÇOS** - O gerente da PMS, Rodrigo Lobo, explicou que o desempenho em Mato Grosso reflete uma desaceleração também nacional em setores como transportes, que registraram queda de 1,5%, e no transporte rodoviário de cargas, que também apresentou retração.

"Em julho, o volume de transporte de passageiros no Brasil teve queda de 2,3% em relação a junho, após crescimento de 6,1% no mês anterior. Por sua vez, o volume do transporte de cargas também teve retração, recuando 0,8% após variação de 0,4% em junho", diz trecho da pesquisa.

No confronto com julho de 2023, o transporte de passageiros teve alta de 2,9%, enquanto o transporte de cargas registrou recuo de 5,4%. Já no acumulado dos primeiros sete meses deste ano, ambos registraram retração em relação ao mesmo período de 2023: o de passageiros com -1,8%, e o de cargas com -1,9%.

Além disso, com menor influência no resultado global, os serviços prestados às famílias mostraram uma ligeira variação negativa (-0,2%).

Mas, apesar da queda, o Brasil como um todo mostrou crescimento no acumulado do ano, com avanço de 1,8% até julho de 2024, e o setor de informação e comunicação liderou com uma expansão de 5,9% no período.

## RENOVAGRO

### Produtores terão acesso a crédito

Da Redação

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, anunciou na última quinta-feira (12) que os produtores atingidos pelas queimadas em diversas regiões do Brasil, especialmente no Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Paraná, terão acesso a financiamentos especiais através do Programa de Financiamento de Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis (RenovAgro), vinculado ao Plano Safra 2024/2025.

No total, o RenovAgro dispõe de R\$ 7,6 bilhões em crédito, dos quais R\$ 1,2 bilhão já foi contratado por produtores rurais. O montante restante, R\$ 6,5 bilhões, será disponibilizado para aqueles afetados pelas queimadas, oferecendo condições facilitadas para que possam recuperar as áreas devastadas.

Segundo o ministro Fávaro, as áreas atingidas pelos incêndios se tornaram improdutivas e degradadas, o que enquadrava esses produtores nas condições especiais de crédito do RenovAgro. O objetivo é incentivar a recuperação de áreas de baixa produtividade, permitindo o retorno à produção agrícola.

"Essas áreas foram fortemente afetadas, com o solo perdendo grande parte de sua matéria orgânica e tendo sua composição alterada. O crédito será fundamental para que esses produtores possam investir na recuperação do solo e na revitalização das pastagens e cultivos. Por isso, estamos autorizando o acesso a essa linha de crédito específica", afirmou Fávaro.

Além da recuperação de pastagens degradadas, o crédito poderá ser destinado a canaviais, fruticultura, cafeicultura e seringueiras. O

secretário de Política Agrícola do Ministério, Guilherme Campos, destacou que os produtores interessados deverão apresentar um laudo técnico, acompanhado de imagens de satélite, que comprove os danos causados pelas queimadas. Também será necessário um termo circunstanciado que isente o produtor de responsabilidade por crime ambiental.

Campos reforçou que a iniciativa representa um importante passo

para a retomada da produção nas áreas afetadas e assegurou que o governo está empenhado em garantir que os recursos cheguem de forma ágil e eficiente aos produtores que mais precisam.

Os financiamentos contarão com uma carência de dois anos para início do pagamento e prazo de até dez anos para quitação total, proporcionando condições favoráveis para a recuperação das áreas degradadas e o retorno das atividades agrícolas.

## É DO BRASIL!

### Canadá retoma a importação de carne bovina

Agência Gov | via Mapa

A Agência Canadense de Inspeção Alimentar (CFIA) comunicou ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) a aprovação da atualização do Certificado Sanitário Internacional (CSI) para exportação de carnes frescas desossadas e produtos cárneos processados crus, derivados de bovinos, de origem Brasileira, para o Canadá.

Com a aprovação, poderão exportar os pro-

dutores os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Acre, Rondônia, além de 14 municípios nos estados do Mato Grosso e cinco no Amazonas que são reconhecidos, desde 2021, como livres de febre aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA).

Nesses locais, atualmente há onze estabelecimentos habilitados a exportar produtos cárneos de bovinos. Já Santa Catarina, único estado

reconhecido pelo Canadá como livre de febre aftosa sem vacinação, possui apenas um frigorífico habilitado.

"A retomada deste mercado já era aguardada pelo setor de proteína animal do Brasil, principalmente para esses estados, que desde a abertura do mercado canadense, em março de 2022, não estavam autorizados a exportar carne bovina crua para o Canadá em razão da não vacinação de seus reba-

nhos", ressalta o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro.

Já em relação a carne cozida, foi retirada a exigência de vacinação. Desta forma, qualquer estabelecimento habilitado, independentemente do estado de origem, pode exportar o produto ao Canadá.

"Além dessa conquista para o setor, estamos junto da Embaixada do Brasil no Canadá buscando a retirada dessa exigência

para a carne crua", informa o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Mapa, Roberto Perosa.

Em 2023, o Brasil exportou carne bovina no valor de mais de 10,541 bilhões de dólares, correspondendo a 2,28 milhões de toneladas. O Canadá importou US\$ 39 milhões em carne bovina brasileira (8.192.380 kg), registrando um aumento de 18% em comparação com 2022.

## APOSTAS ELETRÔNICAS

### Presidente da Febraban defende bloqueio de cartões

Welton Máximo - Agência Brasil

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, defendeu na quinta-feira (12), em São Paulo, a antecipação da proibição do uso de cartões de crédito para o pagamento de apostas eletrônicas e esportivas.

Em evento com jornalistas, ele pediu que o

governo proíba o uso da modalidade de pagamento nos sites de apostas para evitar o comprometimento da renda dos correntistas e o aumento da inadimplência.

"Eu particularmente entendo - e essa é uma posição pessoal - que o governo deveria usar todos os meios legais para proibir, imediatamente, o uso do cartão de crédito para a realização de jogos. A proi-

bição feita ainda não está sendo observada. O cartão é um produto fundamental e seu uso para apostas já está afetando o consumo das famílias e aumentando a inadimplência", assinou Sidney.

**OPINIÃO PESSOAL** - Por meio de nota, a Febraban ressaltou que essa é a opinião pessoal de Sidney e que, apesar de ser presidente da entidade, ele não fala em nome

da federação, nem dos bancos associados.

Em abril, o Ministério da Fazenda definiu que as apostas eletrônicas só poderão ser pagas por Pix, transferência ou débito. A restrição, no entanto, só entrará em vigor em janeiro, quando valerá a nova regulamentação das bets, como são chamadas as empresas de apostas.

Sidney acrescentou que chegou a tratar do



Fávaro destacou que, como consequência das queimadas, as áreas se tornaram improdutivas e degradadas

Christiano Antonucci - Secom - MT